



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 13 de fevereiro de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> OBAMA, O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> BENEFICIADO PELO PAC, AMAPÁ NÃO CONSEGUE GASTAR..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> A CHINA NA ALÇA DE MIRA..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> MERCADO INTERNO LEVA PEQUENA EMPRESA A INVESTIR ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Peso da indexação na inflação passa de 40% ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> CULTURA QUER FOCO EM ECONOMIA CRIATIVA ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> DUPLICA NÚMERO DE NOVAS EMPRESAS ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> CHINA TERÁ ÓRGÃO PARA RESTRINGIR INVESTIMENTO EXTERNO NO PAÍS ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Itamaraty quer evitar que tema marque visita de Obama ao país ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> China terá órgão para restringir investimento externo no país..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12
<b>O GLOBO</b> Estados turbinam importações..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> EM BUSCA DO EQUILÍBRIO..... VEICULAÇÃO NACIONAL	15
<b>PORTUGAL DIGITAL</b> Oi investe em banda larga no Amazonas..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17

	VEÍCULO <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>OBAMA, O <u>Brasil</u> E O CONSELHO DE SEGURANÇA</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### ROBERTO ABDENUR - O Estado de S.Paulo

É usual, no contexto da preparação de visitas internacionais, a troca pela imprensa de "recados" entre uma parte e outra. Serve isso para ventilar desde logo certas tendências ou mesmo posicionamentos já cristalizados quanto à agenda das conversações a se darem durante a viagem. Merece atenção, a esse respeito, matéria saída na edição deste jornal do último dia 8 de fevereiro. Nela a correspondente em Washington afirma que o presidente Barack Obama não quer o Brasil no Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Segundo fonte do Departamento de Estado, o Brasil teria cometido um "pecado mortal", uma "burrada", ao se opor às sanções aprovadas pelo conselho contra o Irã. Diante disso, quando da visita ao País, em março, Obama só por "milagre" virá a apoiar o pleito brasileiro por assento permanente no CSNU.

O tema merece detida avaliação, pois não deixa de ter algum impacto sobre o relacionamento bilateral, ainda que não constitua condição sine qua non para avanços que são, por sinal, de profundo interesse para ambas as partes. E porque, para além disso, envolve decisões que dizem respeito a como conseguirá a comunidade internacional melhor se organizar para enfrentar os ingentes desafios que se lhe apresentam em numerosas questões de ordem econômica, ambiental, energética, política e de segurança. Um importante antecedente vem desde logo à baila: abandonando a postura de silêncio sobre a questão da ampliação do CSNU, em sua recente viagem a Nova Délhi o presidente Obama desdobrou-se em loas à Índia, cuja candidatura ao conselho endossou plenamente. E o fez ao formalizar-se inédito acordo de cooperação nuclear entre os Estados Unidos e o país que se tornou potência nuclearmente armada ao arripio do Tratado de Não Proliferação. Foi a Índia, na ocasião, consagrada como parceira estratégica dos Estados Unidos. Subjacente a esses ousados passos esteve o interesse dos Estados Unidos em respaldar aquele país como contrapeso ao crescente poderio econômico, político e militar da China. Assim é a Realpolitik, há que compreender (como, de resto, fez agora, de sua parte, o governo brasileiro, outrora profundamente crítico da bomba indiana).

O que vem ao caso, com vista à presença de Obama em Brasília, é o fato de que o presidente norte-americano passou a admitir o princípio da ampliação do CSNU - e aí se faz indispensável que Washington proceda a uma cuidadosa, serena e objetiva análise do "caso brasileiro". Para começo de conversa, não faz sentido que, sobre assunto de tão amplas implicações internacionais, se deixe o governo dos Estados Unidos levar pelo inconformismo com o voto brasileiro no caso iraniano. Salta aos olhos que a atitude do governo Lula constituiu fragorosa anomalia, no sentido de que não estava em jogo, no caso, nenhum interesse nacional. Aquela desventurada aventura constituiu grave - mas momentâneo, passageiro - desvio das diretrizes históricas da diplomacia brasileira. Trata-se de episódio isolado e superado, que de modo algum representou alteração de rumos na trajetória do País no plano internacional. O que, sim, vem mudando, e muito rapidamente, na trajetória do País é sua ascensão à condição de ator relevante, em não poucos casos até decisivo, ao largo do amplo espectro de problemas internacionais (e globais) cujo encaminhamento está a exigir pronta reconfiguração dos sistemas decisórios nas Nações Unidas e em outros foros.

É preciso que os Estados Unidos reconheçam, na devida medida, a virtual singularidade do que chamo de "caso brasileiro". Diferentemente da Índia - e da China, e da Rússia, e dos próprios Estados Unidos -, é o Brasil o único país de dimensões continentais, vultosa população e grande e dinâmica economia a situar-se fora (e até longe) dos contextos de tensão geopolítica que marcam outras regiões do mundo. Será que os Estados Unidos estariam agora adotando como critério para seu apoio a uma entrada no CSNU a posse da bomba? Se assim for, o Brasil decididamente não terá jamais títulos para um assento permanente no conselho (nem o terão outros candidatos fortes, como a Alemanha e o Japão). O que singulariza o Brasil é, ao contrário, o fato de viver em região privilegiadamente pacífica, livre de armas de destruição em massa e onde praticamente inexistem riscos de conflitos. Esse privilégio foi em não pequena medida o fruto de mais de um século de hábil e lúcida diplomacia, de resto correspondida por nossos vizinhos.

Mas a diplomacia brasileira nunca esteve confinada ao Hemisfério ou à América Latina. Mesmo antes de lograr a estabilidade democrática e o vigor econômico que agora

usufrui, teve desde sempre o Brasil voz ativa e considerável influência nos debates sobre questões de comércio, economia e finanças, desarmamento, não proliferação e variadas outras questões envolvendo a paz e a segurança internacionais.

Muito concretamente, tem atuado como bridge builder entre diferentes regiões e fator de conciliação e entendimento em múltiplos foros de toda ordem. Obama, ainda que seguramente popular em nosso país, não é santo nem precisa fazer "milagres" na visita a Brasília. Basta-lhe refletir mais detidamente sobre o que significa - e cada vez mais significará como ator decisivo no plano internacional - o Brasil como economia, nação e Estado. Tal reflexão deveria incluir, no plano propriamente bilateral, a constatação de que houve em anos recentes uma mudança na natureza mesma do

relacionamento Brasil-Estados Unidos. Uma nova dinâmica, de crescente mutualidade, vai criando fortes vínculos de entrelaçamento e interdependência: do que decorre substancial ampliação da área de convergência e entendimento, por sobre diferenças pontuais de pontos de vista. A conclusão lógica de uma tal reflexão será o reconhecimento de que o endosso à candidatura brasileira ao conselho só faz consultar os melhores interesses da comunidade internacional - aí incluídos, claro está, também os dos Estados Unidos.

DIPLOMATA, FOI EMBAIXADOR DO Brasil NOS ESTADOS UNIDOS

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BENEFICIADO PELO PAC, AMAPÁ NÃO CONSEGUE GASTAR</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Estado tinha à disposição R\$ 130 milhões para obras de saneamento, mas não aplicou nem 10%

O Amapá pode ser o primeiro Estado a perder os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para saneamento básico por simplesmente não conseguir gastar o dinheiro. Na primeira etapa do programa, o Amapá tinha à disposição R\$ 130 milhões para investir, mas em quatro anos foram executados menos de 10% dos recursos.

De 2007 a 2010, o Amapá enfrentou dificuldades para conseguir licenças ambientais e para concluir projetos executivos fundamentais para que as empresas contratadas pudessem iniciar ou dar sequência às obras. No ano passado, a situação piorou com a Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, que identificou um suposto esquema de desvio de verbas no Estado.

A partir daí, as obras foram interrompidas de vez. "Foram três anos sem executar nada", afirmou um técnico do **Ministério** das Cidades descrente em uma mudança drástica do cenário. O governo pode remanejar 30% dos recursos do PAC, conforme prevê o Orçamento deste ano. Esse quesito abre espaço para que dinheiro seja transferido de uma obra parada para outra que está em pleno vapor.

O novo governador, Camilo Ca**PIB**eribe (PSB), assumiu o cargo este ano e tenta negociar com a União mais prazo para o uso do dinheiro. Mas não está fácil. O **Governo Federal** teme dar uma nova chance e as obras continuarem no papel devido às dificuldades para conseguir licenças e projetos. Outro problema, que pode implicar aumento de preços, é o fato de algumas licitações não terem interessados, as chamadas licitações desertas.

Para mostrar serviço, Ca**PIB**eribe transferiu a responsabilidade pela execução e acompanhamento das obras de saneamento básico do **PAC** da Agência de **Desenvolvimento** do Amapá para a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa). Além disso, para manter o interesse das empresas contratadas, o governo se comprometeu a aumentar os preços do produto durante o período em que as obras ficaram paradas por falta de projeto.

### O presidente da Caesa, Ruy Smith, destacou que no governo anterior "houve inaptidão para tocar as obras".

No Estado apenas 48% da população tem acesso à água tratada e 2,5% tem rede de esgoto. "Seria dramático perdermos esse recurso por inépcia".

O temor de Smith é de que, além de ter o dinheiro da primeira etapa do **PAC** cortado, ainda fique de fora da segunda etapa. "O governador já deu um ultimato para seus assessores que quer voltar à Brasília com resultados", frisou.

Dentre as obras do **PAC** que podem ter recurso cancelado estão a ampliação do sistema de abastecimento de água nos setores de Felicidade, Central e Norte de Macapá, incluindo a expansão da Estação de Tratamento de Água, construção de reservatórios e substituição de redes de distribuição. A meta é de que esse projeto atenda 90% da população urbana ou 66 mil famílias. Também estão comprometidas as obras para saneamento integrado (abastecimento água, esgoto e construção de moradias) dos bairros Congós e Araxá.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A CHINA NA ALÇA DE MIRA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Celso Ming - O Estado de S.Paulo

**Por várias razões e, às vezes, por nenhuma, governo e empresários estão engasgados com a China.**

**Pregam o fim da passividade diante do que entendem por concorrência predatória e desleal, mas fora das diatribes verbais, não sabem o que fazer.**

Quando denunciou a existência de uma guerra cambial, por exemplo, o ministro Guido Mantega tinha como alvo preferencial o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), que despeja moeda emitida nos **mercados**, desvaloriza o **dólar** e encharca as economias emergentes com avalanches de recursos.

Como, no entanto, o yuan chinês está amarrado ao **dólar** e flutua com ele, também fica seriamente incomodado com a superdesvalorização da moeda chinesa e seus efeitos sobre o **comércio** do Brasil. Tanto é assim que o secretário do Tesouro americano, Tim Geithner, identifica em Mantega um **importante** aliado para pressionar a China por uma revalorização do yuan.

O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, quer mais defesa comercial contra a invasão de produtos chineses. Mas, se fosse possível abrir mil processos antidumping e barrar **importações** da China com tarifas aduaneiras superiores a 35% (o que é proibido) e demais instrumentos burocráticos, ainda assim, é improvável que se consiga deter a entrada de produtos chineses. Eles chegariam disfarçados sob outra bandeira. De mais a mais, a Receita Federal não dá conta de inspecionar nem 20% das cargas que chegam ou que saem dos portos brasileiros.

Desde o governo **Lula** as autoridades da área fundiária pedem providências contra investimentos chineses em mineração e terras agricultáveis. Também o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson de Andrade, quer barrar os investimentos que tiram do jogo o produto

brasileiro, mas não foi capaz de apontar instrumentos que não caracterizassem perversa reserva de **mercado**.

Um levantamento da própria CNI indica que 67% dos empresários brasileiros reclamam que seu produto está sendo alijado pela entrada de **mercadorias** chinesas a preços que não passam de uma fração dos praticados pela indústria local.

Uns depois dos outros, autoridades, empresários e sindicalistas querem barrar os chineses sob o argumento de que atropelam tratados da Organização Internacional do Trabalho, pagam salários ínfimos a trabalhadores submetidos a até o dobro da carga horária, que quase não têm férias e não recolhem contribuições previdenciárias. Mas como acusar esse regime trabalhista se, apesar dos salários de fome, o chinês ainda poupa 51% do que ganha? O problema é que essas condições mais a capacidade de manter o câmbio onde querem também podem ser consideradas vantagens comparativas dos chineses, portanto, dentro das regras.

Não só no Brasil, mas em todo o Ocidente, os produtores estão gravemente incomodados com a agressividade comercial da China. E sabem qual é uma das principais razões pelas quais ninguém consegue enquadrar os chineses? Ora, porque na China estão todas as multinacionais ganhando muito dinheiro. Estão lá a GM, a DuPont, a Procter & Gamble, a Nestlé, IBM, a Microsoft, a Matel... Engana-se demais o empresário e tantos outros que estão com a China entalada na garganta. O produto que chega aos portos brasileiros com etiquetas "made in China" é, mais que tudo, produzido pela GM, pela DuPont, pela Procter & Gamble... Então é para atacar para valer essas fortalezas?

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MERCADO INTERNO LEVA PEQUENA EMPRESA A INVESTIR</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**De olho no consumo doméstico, empresas quase dobraram o crédito obtido do **BNDES** em 2010; segmento teve o 15º mês consecutivo de alta no faturamento**

O otimismo em relação à manutenção do **mercado** interno aquecido em 2011 e o acesso ao crédito direcionado estão incentivando micro, pequenas e médias empresas a investir. No ano passado, o segmento buscou R\$ 45,6 bilhões em empréstimos no Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), quase o dobro do volume de 2009.

Enquanto os desembolsos do **BNDES** para grandes empresas cresceram menos de 10% em 2010, o volume emprestado às pequenas saltou 96% em relação a 2009, ano em que o segmento havia crescido apenas 9%.

Do total emprestado pelo banco estatal de fomento para empresas com faturamento de até R\$ 90 milhões anuais em 2010, quase R\$ 30 bilhões foi para financiar máquinas, equipamentos e veículos comerciais. A cifra é 122% superior à de 2009 e reflete a disposição dos empreendedores de produzir mais, já que o banco responde por 70% do crédito de longo prazo no País.

Na área agrícola, o financiamento de maquinário para pequenos produtores atingiu R\$ 5,2 bilhões, o dobro de 2009.

Mais ligados ao consumo interno, os pequenos empreendedores podem reduzir pressões inflacionárias ampliando a oferta de produtos e serviços. São cerca de 6 milhões de negócios, com força no varejo e indústrias como as de confecções e de alimentos.

Praticamente todo o recurso do **BNDES** para pequenas empresas é repassado por bancos comerciais, que ampliaram

o acesso às linhas com juros subsidiados do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) no pós-crise. A carteira do programa acumula R\$ 120 bilhões em aprovações desde julho de 2009. A queda das taxas incentiva os pequenos, mas é o caixa cheio e a possibilidade de ganhar mais que motiva os investimentos.

Dados do Sebrae-SP mostram que o segmento fechou o ano com o 15.º mês consecutivo de alta no faturamento. Novembro de 2010 foi o melhor desde 2004: alta de 5,5% nos ganhos em relação a igual período de 2009.

Entre os proprietários de pequenas empresas paulistas, 41% esperam aumento no faturamento e acreditam em melhora na economia brasileira em 2011. Segundo o Sebrae, o **Brasil** ganhou 81,6 mil empreendedores individuais só no primeiro mês deste ano, alta de 200% na comparação com janeiro do ano passado.

Já um indicador da Serasa Experian apontou no mês passado o mais baixo nível de falências desde 2005.

Rodrigo Bacellar, do departamento de operações indiretas do **BNDES**, aponta ainda a queda recorde do desemprego registrada em 2010 como mais um sinal dos investimentos das pequenas empresas. "O índice de desemprego é o mais baixo da história e sabemos que são as micro e pequenas empresas que respondem pela maioria das vagas. Isso influencia toda a economia."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Peso da indexação na inflação passa de 40%</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Aumentos de produtos ou serviços que de alguma forma levam em conta a inflação passada têm impacto em 46% do IPCA e 44% do IPC-Fipe**

**Márcia De Chiara - O Estado de S.Paulo**

Mais de 40% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe são de produtos ou serviços que, de alguma forma, levam em consideração aumentos da inflação passada em seus reajustes, formal ou informalmente. No caso do IPCA, o peso desses itens é de 46% e no IPC-Fipe é de 44%, apontam estudos da Tendências.

"A indexação da economia já foi muito maior", afirma o sócio da consultoria, Juan Jensen, destacando que, em períodos de escalada inflacionária, o ímpeto dos agentes econômicos de indexar preços é retomado.

Bráulio Borges, economista chefe da LCA Consultores, ressalta também que, neste ano, os preços carregam uma "herança maldita de 2010" num momento ruim como o atual, em que as commodities estão em alta. Isto é, a referência para os reajustes neste ano é o IPCA do ano passado, que atingiu 5,91%. Esse parâmetro é bem superior ao de 2010, que havia sido de 4,3%: a inflação acumulada em 2009.

Nas contas de Borges, para um IPCA estimado em 5,2% para este ano, os preços dos serviços livres devem subir 7,7%, praticamente a mesma variação registrada em 2010 (7,6%) por causa da "herança maldita".

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CULTURA QUER FOCO EM ECONOMIA CRIATIVA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Inspirado em Barcelona e no Reino Unido, Ministério estuda gerar núcleos criativos em áreas urbanas degradadas**

**Arquitetura, música, cinema e design vivem boom global e geram, no país, R\$ 380 bi; desafio é profissionalizar**

**MARIANA BARBOSA**

**DE SÃO PAULO**

A terceira maior indústria do mundo, atrás de petróleo e de armamentos, tem como principal insumo a criatividade.

Da moda ao design, passando por cinema e literatura e incluindo a **produção** de software, a chamada indústria criativa movimentada mais de R\$ 380 bilhões no Brasil, segundo estimativa da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

O setor ganha neste ano maior relevância institucional, com a criação, no **Ministério** da Cultura, da Secretaria da Economia Criativa.

O conceito vem dos anos 90: indústrias criativas são aquelas com potencial de geração de riqueza e emprego por meio da utilização de propriedade intelectual.

Do conceito surgiram experiências de cidades ou núcleos criativos, como forma de transformação de áreas degradadas e de **desenvolvimento** sustentável.

Caso de Glasgow, que uniu todas as disciplinas em uma só escola no meio de uma área degradada e violenta. Por meio do envolvimento dos alunos -designers, estilistas e artistas- com a comunidade, a área foi recuperada.

A criação de núcleos e redes de cidades criativas é uma das prioridades da nova pasta, revelou à Folha a secretária de Economia Criativa, Cláudia Leitão.

Ela diz que quer se aproximar do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão do próprio **Ministério** da Cultura, para estimular a geração de núcleos criativos.

"Temos que promover uma ocupação de prédios históricos que seja inclusiva e que gere riqueza", diz Leitão, ex-secretária de Cultura do Ceará e professora da Universidade Federal do Ceará.

"Temos muito o que aprender com as experiências de fora, da Austrália, de Barcelona."

**CONTRAEXEMPLO**

Já o exemplo do que não fazer vem de Salvador. "A reforma do Pelourinho tinha enganos graves. Foi feita a partir de uma visão do turismo, de exclusão. Temos de incluir a população local."

Outro exemplo de patrimônio com potencial de se transformar em cidade criativa é o centro de São Luís.

"O Maranhão precisa tornar a diversidade um ativo para a sua economia. Precisa ir muito além do título de Patrimônio da Humanidade."

Interessada no tema desde o início dos anos 2000, Leitão foi para Brisbane, na Austrália, estudar com os grandes pensadores da área.

"Esse é um conceito novo, que precisa ser compreendido pela sociedade", diz Leitão. "Você tem ainda uma visão negativa, que nasce com a Escola de Frankfurt, com uma visão apocalíptica da indústria cultural."

Segundo ela, o **Brasil** precisa empreender mais na área e **exportar** a diversidade cultural, do mamulengo ao software e à arquitetura.

"A criatividade é um insumo que não acaba e a economia criativa pode ser uma grande estratégia de **desenvolvimento** com distribuição de renda."

**ATRASSO**

O tema chega ao **Brasil** com atraso de 17 anos. Em 1994, a Austrália foi o primeiro país a apontar a necessidade de desenhar políticas públicas para estimular a economia movida a cultura e criatividade.

Mas o termo indústria criativa só ganhou visibilidade internacional em 1997, quando o governo britânico do trabalhista Tony Blair criou a Força-Tarefa das Indústrias Criativas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DUPLICA NÚMERO DE NOVAS EMPRESAS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Empreendedores individuais representam 55% do total de negócios criados no ano passado, segundo o governo**

**ADRIANA ABREU  
DE SÃO PAULO**

O número de novas empresas teve crescimento de 101% em 2010, em relação ao ano anterior, mostra estudo do **Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior)** obtido com exclusividade pela Folha.

No ano passado, foram criadas 1.370.464 empresas; em 2009, foram 680.881.

O crescimento foi impulsionado pelo EI (Empreendedor Individual), que facilitou a abertura de empreendimentos com faturamento anual de até R\$ 36 mil. Em 2010, foram criados 752.628 negócios nesse modelo.

Para o secretário de **Comércio** e Serviços do **Mdic**, Humberto Ribeiro da Silva, o aumento é fruto da simplificação do processo de abertura de empresas pelo EI.

Desde julho de 2009, a inscrição pode ser feita em [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br). Após o cadastro, o CNPJ e o número de inscrição na Junta Comercial são obtidos imediatamente.

Silva destaca, contudo, que a meta governamental de formalizar 1 milhão de empreendedores individuais não foi atingida em 2010.

"A expectativa é o fortalecimento do programa EI não só nas grandes capitais mas também nos pequenos municípios", avalia Silva.

Entre os empreendedores que se formalizaram em 2010 está a artesã Maria Helena Costa Gomes, 48, que produz bonecas e artigos manuais.

Em outubro, após ver anúncios na televisão, ela procurou o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). "A demanda aumentou e senti a necessidade de me formalizar para atender as encomendas", conta Gomes, que comprou um salão em um prédio comercial no ano passado para expandir o negócio.

Para este ano, porém, a ideia da empresária é migrar para o Simples. A previsão de faturamento em 2011 deve ultrapassar o teto de R\$ 36 mil do EI, segundo Gomes.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CHINA TERÁ ÓRGÃO PARA RESTRINGIR INVESTIMENTO EXTERNO NO PAÍS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## **Conselho avaliará se negócios ameaçam segurança nacional**

### **DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS**

A China vai criar um conselho para avaliar se negócios de fusão e aquisição com capital estrangeiro ameaçam a segurança nacional.

A nova regulação, que entra em vigor em março, é mais uma barreira burocrática para os negócios na China, país que atraiu US\$ 105 bilhões em investimento estrangeiro direto em 2010 (mais que o dobro do Brasil).

Os investimentos estrangeiros em agricultura, energia, infraestrutura, transporte e setores de tecnologia, entre outros, podem estar sujeitos a revisão, de acordo com um comunicado publicado no site do governo.

O novo órgão parece uma resposta às restrições que os investimentos chineses têm sofrido no exterior.

O maior negócio frustrado foi a tentativa da petroleira Cnooc de comprar a americana Unocal por US\$ 18,5 bilhões

em 2005. A chinesa retirou a oferta após o Senado dos EUA se movimentar para bloquear o negócio por motivos de interesse nacional.

Mas Pequim também tem bloqueado acordos que não estejam conforme seus planos. A China rejeitou a oferta da Coca-Cola de US\$ 2,4 bilhões pela maior empresa chinesa de sucos, a Huiyuan. O governo comunista também vem restringindo negócios no setor de aços.

Como a Folha noticiou em janeiro, o governo brasileiro também está preocupado com o avanço estrangeiro (principalmente chinês) sobre as jazidas minerais. Por isso, o novo marco regulatório da mineração terá mecanismos de restrição de capital internacional na exploração dos recursos naturais.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Itamaraty quer evitar que tema marque visita de Obama ao país</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## DO RIO

**O Itamaraty quer evitar que a visita de Barack Obama ao Brasil seja marcada por especulações sobre eventual apoio dele à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU.**

"Essa questão não definirá nosso relacionamento com os EUA. Não existe a expectativa nem de um apoio parecido com o da Índia nem de uma afirmação desse ou daquele caminho para a reforma [do CS]", disse Tovar Nunes, porta-voz do chanceler Antonio Patriota.

A indicação do lado americano é a de que Obama não repetirá aqui o gesto que fez em Nova Déli, por considerar que não está sanada a divergência que levou o **Brasil** a votar no ano passado contra as sanções ao Irã.

Brasil, Índia, Alemanha e Japão formam o G4, que reivindica vagas permanentes no CS. Neste ano, os três primeiros ocupam cadeiras rotativas no órgão.

Embaixador brasileiro em Washington no governo Bush e hoje aposentado, Roberto Abdenur avalia que negar o apoio ao **Brasil** depois do precedente indiano seria um "erro gravíssimo" de Obama.

Ele considera o episódio do Irã superado desde que a presidente Dilma Rousseff deixou claro que não manterá a proximidade com o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

"Os EUA precisam ter um olhar mais cuidadoso para o que o **Brasil** representa no mundo. Não podem ficar como que punindo o país por aquele episódio."

Citado nos despachos vazados pelo WikiLeaks, Abdenur confirma que procurou "trabalhar o máximo" com os americanos a ampliação do CS. Mas sem ilusões. "É o tipo de coisa que você tem que ir construindo."

Para ele, não faz sentido que os EUA estabeleçam como critério de apoio o alinhamento total com suas posições. "A Índia não fará isso, é um país também muito cioso de seus interesses. Da mesma forma, não se deve ser contra os EUA desnecessariamente."

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>China terá órgão para restringir investimento externo no país</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **mercado em cima da hora**

#### **Conselho avaliará se negócios ameaçam segurança nacional**

#### **DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS**

A China vai criar um conselho para avaliar se negócios de fusão e aquisição com capital estrangeiro ameaçam a segurança nacional.

A nova regulação, que entra em vigor em março, é mais uma barreira burocrática para os negócios na China, país que atraiu US\$ 105 bilhões em investimento estrangeiro direto em 2010 (mais que o dobro do Brasil).

Os investimentos estrangeiros em agricultura, energia, infraestrutura, transporte e setores de tecnologia, entre outros, podem estar sujeitos a revisão, de acordo com um comunicado publicado no site do governo.

O novo órgão parece uma resposta às restrições que os investimentos chineses têm sofrido no exterior.

O maior negócio frustrado foi a tentativa da petroleira Cnooc de comprar a americana Unocal por US\$ 18,5 bilhões em 2005. A chinesa retirou a oferta após o Senado dos EUA se movimentar para bloquear o negócio por motivos de interesse nacional.

Mas Pequim também tem bloqueado acordos que não estejam conforme seus planos. A China rejeitou a oferta da Coca-Cola de US\$ 2,4 bilhões pela maior empresa chinesa de sucos, a Huiyuan. O governo comunista também vem restringindo negócios no setor de aços.

Como a Folha noticiou em janeiro, o governo brasileiro também está preocupado com o avanço estrangeiro (principalmente chinês) sobre as jazidas minerais. Por isso, o novo marco regulatório da mineração terá mecanismos de restrição de capital internacional na exploração dos recursos naturais.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Estados turbinam importações</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**18 unidades da Federação cortam ICMS para atrair empresas e preço de importados cai até 40%**

**Eliane Oliveira e Martha Beck**

**BRASÍLIA**

Os incentivos às importações, principalmente de insumos e bens de capital, oferecidos por estados que querem atrair empresas se converteram numa verdadeira dor de cabeça para as contas externas brasileiras. Um levantamento inédito realizado pelo governo no fim de 2010, ao qual O GLOBO teve acesso, mostra que 18 unidades da Federação, incluindo o Rio de Janeiro, reduzem ou até mesmo zeram o ICMS para produtos importados. O efeito desse incentivo para a indústria nacional é perverso: um produto chinês fica 10% mais barato só com o imposto menor. Com isso, o mercado ganha qualquer disputa com itens fabricados em estados que não usam o benefício, como São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores parques industriais do país. Quando são considerados os demais diferenciais que favorecem a China, como o câmbio artificialmente desvalorizado, o produto importado de lá fica 40% mais barato. Outro exemplo que ilustra o quão danoso é o impacto dessa guerra fiscal está em um levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com as importações dos principais portos de estados que dão incentivos de ICMS. As operações nesses terminais saltaram até 600%, caso de Suape (PE), onde as compras do exterior subiram de US\$ 500 milhões em 2005 para US\$ 3,5 bilhões no ano passado. Considerando os portos de Itajaí e São Francisco do Sul (SC), Suape, Paranaguá (PR) e Vitória (ES), as importações cresceram de US\$ 9,8 bilhões em 2005 para US\$ 34 bilhões em 2010 — nada menos que 247%. Já as compras globais do Brasil no exterior subiram 146,8%, para US\$ 181,6 bilhões.

— Os governadores que dão incentivos às importações estão dando um tiro no pé. Tiram empregos e renda dos estados irmãos e ajudam a criar postos de trabalho na China — afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), Humberto Barbatto. Se um produto fabricado em São Paulo é tributado em 12% com o ICMS, a mesma mercadoria importada em um dos portos catarinenses tem o ICMS reduzido para 3%. Comparando-

se o estudo com a balança comercial dos estados, as taxas de crescimento de quase todas as unidades da Federação são bastante altas.

**Importação com incentivos chega a dobrar em estados**

● Em 2010, o total importado pelo Brasil avançou 42,2%. Já os gastos no exterior incentivados com autorização do Rio Grande do Norte subiram 112,9%; Ceará, 76,1%; Pernambuco, 65,7%; Paraná, 45%; Santa Catarina, 64,3%; Amazonas, 59,3%; Alagoas, 120%; e Rio, 43,1%. São diversos os segmentos que se dizem prejudicados, com destaque para o siderúrgico, o calçadista, o têxtil e o de máquinas. As assimetrias entre as unidades da Federação, diz a Confederação Nacional da Indústria (CNI), estão no limite. Tanto é que, no fim de 2010, a entidade entrou com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os governos do Paraná e de Santa Catarina. Flávio Castelo Branco, economista-chefe da CNI, lembra que, como reduções de ICMS precisam ser aprovadas por unanimidade pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), os estados usam como artifício o diferimento. Ou seja, adiam a cobrança do imposto e, em muitos casos, ainda concedem financiamentos com juros baixos para as empresas pagarem essas taxas.

— Nosso setor sofre tremendamente com a guerra fiscal, principalmente em relação aos estados, que chegam ao cúmulo de dar diferimento de ICMS para produto importado. Em Pernambuco, por exemplo, se você comprar uma máquina importada pelo Porto de Suape, o governo local desconta o ICMS — disse o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, acrescentando que 90% da produção de máquinas estão no Sul e Sudeste do país. Segundo Marco Polo Mello, presidente-executivo do Instituto de Aço Brasil (IABr), um estudo da entidade mostra que a fatia de importados no consumo nacional de produtos siderúrgicos subiu para 20% em 2010, quando o

índice histórico é de 4% a 6%. Já os dados da Fiesp mostram que nas importações feitas pelo Porto de São Francisco do Sul, por exemplo, as compras

de laminados planos de ferro ou aços saltaram de US\$ 148 milhões em 2009 para US\$ 747 milhões em 2010, o que representa alta de mais de 400%.

—A guerra fiscal não está atraindo empreendimentos. Só está ajudando o **importador** — afirmou Mello. — Em Santa Catarina, por exemplo, há o programa Pró-Emprego. Só se for na China, porque no **Brasil** não é isso que ocorre. Para

o vice-presidente da Associação de **Comércio Exterior do Brasil** (AEB), José Augusto de Castro, há concorrência desleal não com outros países, mas contra o próprio Brasil. Ele lembrou que, se antes os incentivos eram para atender a empresas comerciais, agora a indústria também passou a usar o mecanismo para **importar**. —Está sendo criada uma desproteção para a indústria nacional — disse.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>EM BUSCA DO EQUILÍBRIO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Na visão do ex-ministro do Desenvolvimento, o governo chinês deveria acabar com as restrições à compra de itens industrializados brasileiros** **Silvio Ribas**

"Enquanto 90% do que vendemos para lá é representado por artigos básicos, como commodities agrícolas e minerais, mais de 90% de tudo que importamos dos chineses são manufaturados"

As desvantagens do Brasil na relação comercial com a China vão muito além da conjuntura desfavorável do câmbio. Elas ganham peso estrutural quando são contabilizados os custos internos do país, como impostos e juros, além das limitações de infraestrutura. Para o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, embaixador Sérgio Amaral, o momento atual é propício à discussão dos "desequilíbrios qualitativos" nas trocas com o maior parceiro comercial do país e à busca de alguma flexibilidade dos chineses.

"Trata-se sempre de desafio absolutamente novo quando se fala em parcerias com a China, ensejando novas reflexões e iniciativas", disse ele ao Correio. Amaral também avalia mudanças positivas de rumos no discurso do governo Dilma Rousseff, mas prefere ver os primeiros gestos efetivos para julgar se tal mudança é mesmo real. A seguir, os principais trechos da entrevista.

#### **Preocupação**

Acredito que os desequilíbrios nas trocas entre os dois países são, obviamente, qualitativos e não quantitativos, considerando que as exportações cresceram nos dois lados no último ano, com saldo comercial ainda bem favorável aos brasileiros. A grande preocupação está mesmo no perfil da pauta de produtos exportados. Enquanto 90% do que vendemos para lá é representado por artigos básicos, como commodities agrícolas e minerais, mais de 90% de tudo que importamos dos chineses são manufaturados, artigos com valores comparativos mais altos.

#### **Protecionismo**

A correção desse desequilíbrio deveria começar com a agregação de valor das exportações para a China, mas o

outro lado desse esforço deveria vir da própria China, de modo a ser flexível e não levantar restrições à entrada de manufaturados brasileiros. Protecionismos acabam sempre ampliando distorções comerciais.

#### **Viagem**

A primeira viagem oficial da presidente Dilma Rousseff a Pequim, prevista para abril, é apenas uma parte da agenda bilateral, mas pode ser também a oportunidade valiosa para se discutir questões de interesse dos exportadores brasileiros.

#### **Economia de mercado**

O reconhecimento da China como economia de mercado me pareceu algo precipitado, que pode nos impor limitações unilaterais para adotar medidas de proteção comercial. Ficaríamos obrigados a provar, em caso de protesto formal na Organização Mundial do Comércio (OMC), que determinado produto chinês chegou mais barato no Brasil do que em seu mercado de origem. Mas falta ainda concluir esse processo de reconhecimento no âmbito da OMC e o status de economia do mercado ainda não vigora, devendo ser atingido só em 2016. Até lá, podemos continuar conversando com os chineses sobre como cobrar deles avanços da segunda maior economia do globo nas regras do comércio internacional.

#### **Defesa comercial**

Não posso concordar que nosso aparato de defesa comercial esteja frouxo ou capenga. O que ocorre é que houve uma redução do número de especialistas dessa área na linha de frente do governo, em decorrência de um problema exclusivamente administrativo. A mudança do Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), do Rio de Janeiro para Brasília acabou restringindo o número de funcionários em atividade.

#### **Agressividade**

Os números da balança comercial mostram que muitas indústrias brasileiras, de diferentes portes, se abastecem cada vez mais de peças e outros insumos produzidos na China. Mas o risco não é resultado apenas da agressividade da

concorrência do produto chinês. As nossas desvantagens competitivas envolvem um conjunto de fatores sintetizados no chamado custo Brasil, que vai da pesada carga tributária às deficiências de infraestrutura.

### **Triangulação**

Existem evidências de triangulação com outros países para driblar os atuais limites de entrada de produtos chineses no mercado brasileiro. A expectativa das empresas que se sentem lesadas por esse tipo de prática comercial é a extensão das mesmas restrições contra artigos da China aos mercados onde comprovadamente ocorreu a triangulação.

### **Real forte**

A expressiva apreciação do real tem várias razões. Ela se explica inicialmente pelos juros domésticos mais altos do

mundo, mas se deve também a pesados investimentos externos diretos e até a superávits da balança comercial do Brasil. Além disso, é **importante** ressaltar que as moedas tanto da China quanto dos EUA têm contribuído para a oscilação de câmbio em vários países. Os chineses mantêm o regime cambial que desvaloriza o iuan, enquanto os americanos têm desvalorizado seguidamente o dólar. Por isso, estranho que se proponha uma aliança tática de Brasil e EUA para pressionar a China por mudanças em sua política monetária. Acho que a Casa Branca e o Palácio do Planalto deveriam levar as suas queixas sobre o iuan desvalorizado a fóruns adequados, como o do G20 (grupo que reúne as maiores economias do planeta).

	VEÍCULO PORTUGAL DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Oi investe em banda larga no <u>Amazonas</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Conexão via fibra ótica, em região que era atendida apenas por meio de satélite, permite oferta de planos de banda larga mais acessíveis à população, a partir de R\$ 39,90.**

#### Da Redação

Brasília - Oi, companhia brasileira de telecomunicações em cujo capital a Portugal Telecom já assegurou uma participação, tornou-se a única empresa a levar banda larga por fibra ótica à capital do **Amazonas, Manaus**.

A empresa, que lançou há um mês o novo serviço na região, já está com plena capacidade para atender às demandas dos clientes locais, oferecendo novos planos a um custo menor. "Agora a companhia inicia nova fase de ampliação de capacidade de transmissão, visando a expansão da disponibilidade do serviço Oi Velox, reforçando compromisso da companhia com o **desenvolvimento** nacional", informa a Oi em comunicado.

O projeto faz parte do programa de investimentos da Oi para a **Amazônia** Legal, que inclui melhoria da atual rede de comunicação e ampliação de cobertura, contribuindo para acelerar o crescimento econômico da Região Amazônica.

A chegada da banda larga à capital amazonense via fibra ótica já beneficiou Boa Vista, que desde setembro de 2009 passou a contar com essa alternativa de acesso. Para que a ligação entre **Manaus** e Boa Vista fosse possível, aprofundando o processo de integração internacional, foram necessárias pelo menos dez licenças para a obra, sendo três federais e sete municipais.

A partir da concessão das licenças, os técnicos da Oi também precisaram superar uma série de adversidades geográficas, que demandaram um projeto

de alta complexidade técnica que envolveu a utilização de diversas alternativas tecnológicas.

De **Manaus**, o cabo de fibra ótica atravessa um trecho de 784 quilômetros até Boa Vista (RR). Da capital de Roraima, os dados seguem para Caracas, na Venezuela, por redes óticas da Eletronorte e da Cantv. A partir de Caracas, os dados são transportados pela rede da GlobeNet, subsidiária da Oi que opera um sistema de cabos de fibra ótica submarinos com 22 mil quilômetros de extensão. Da Venezuela, chega aos Estados Unidos e à cidade de Fortaleza por meio de um cabo submarino. Da capital cearense, o cabo segue para o Rio de Janeiro.

#### Investimento na Amazônia

Com a compra do controle da **Brasil** Telecom, em 2009, a Oi passou a atuar em todo o território nacional e agora cumpre o compromisso de antecipar investimentos na **Amazônia**. A conexão por meio de fibra ótica em **Manaus** e Boa Vista amplia a capacidade de transmissão de dados na região.

"Reforçando o compromisso da companhia em contribuir com o **desenvolvimento** do acesso à banda larga no país, a Oi estende a conexão de **Manaus** para outras localidades: Mucajaí, Iracema, Caracaraí, Rorainópolis, Nova Equador, Nova Colina, no estado de Roraima, e Presidente Figueiredo, no **Amazonas**", explica a Oi no comunicado.

Em Mucajaí, Iracema e Caracaraí a banda larga já foi implantada. Em Rorainópolis, Nova Equador, Nova Colina e Presidente Figueiredo será implantada ainda no primeiro semestre deste ano.

O projeto foi viabilizado com o apoio dos governos do **Brasil** e da Venezuela, por meio de parceiros como a Eletronorte (controlada da Eletrobrás que atua na região) e a Cantv. Além disso, contou com suporte dos fornecedores nacionais e internacionais.

Os investimentos da Oi na **Amazônia** Legal contam com recursos próprios da empresa e também com outras duas fontes de financiamento. Uma delas é o Banco da **Amazônia** (Basa), via Fundo de **Desenvolvimento** do Norte (FNO). A outra é a **Superintendência** de **Desenvolvimento** da **Amazônia** (Sudam), com recursos do Fundo de **Desenvolvimento** da **Amazônia** (FDA). Os investimentos serão usados exclusivamente na Região Amazônica no período de 2008 a 2013.